

CAMPESINATO E REGIME DEMOCRÁTICO

UMA CULTURA POLÍTICA EM TRANSFORMAÇÃO?*

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS**
MANUELA REIS***

INTRODUÇÃO

1. Inserindo-se no âmbito de uma investigação sociológica mais vasta sobre a problemática das culturas e dos comportamentos políticos em Portugal no período após-25 de Abril, resulta o presente trabalho de uma linha de pesquisa que pretende identificar a matriz organizadora das práticas e do pensamento políticos de uma especial e significativa franja da sociedade portuguesa — a sociedade rural¹.

É conhecida a especificidade com que os espaços rurais de dominância camponesa se inscrevem nas sociedades em que se integram, nomeadamente no que respeita às condições de vida e de trabalho, às funções que o grupo doméstico aí desempenha, às redes de sociabilidade, à estrutura das suas relações sociais, traços que, no essencial, lhe conferem uma homogeneidade cultural própria a que não é alheia, como também se sabe, a sua posição de espaço social dominado mediante as trocas de natureza económica, social, política e cultural com a sociedade urbano-industrial.

Ao nível da esfera política, tal especificidade traduz-se, por exemplo, num conjunto de atitudes cujas características mais marcantes são, de acordo com diversos estudos entre nós realizados², a apatia e a fraca intervenção face aos processos políticos de âmbito nacional, revestindo elevado abstencionismo nos actos eleitorais, em particular. Em alternativa, ou simultaneamente, o voto em partidos de direita é expressão que sistematicamente tem configurado o perfil político-ideológico destes espaços sociais.

* O texto que agora se apresenta constitui versão formalmente modificada da comunicação com o mesmo título apresentada ao 1.º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Janeiro de 1988.

** Assistente no ISCTE e investigador no CIES

*** Investigadora no CIES

Um certo conservadorismo na avaliação de processos que, em Portugal e desde 74, deram maior amplitude à participação colectiva na vida política, transparece ainda como estigma privilegiadamente associado à sociedade camponesa.

Ora, o quadro que, com minguia, se deixa traçado, se de alguma forma reflecte o comportamento político que predominantemente tem vigorado entre o campesinato em Portugal, não dispensa, por outro lado, uma reflexão que, ao incorporar aqueles elementos estruturais à cultura política camponesa, proceda à análise dos processos de mudança fundamentais inaugurados com a institucionalização do regime democrático e com a sua lenta, mas segura, sedimentação.

Como se depreende das anteriores considerações, o que está em causa, no que concerne aos objectivos deste estudo, é, pois, identificar os modelos ou padrões de cultura política que informam e orientam as condutas em meio rural, percebendo, desse ponto de vista, o seu ajustamento, bem como o sentido político do mesmo, às estruturas democráticas do actual sistema político.

Sem grandes preocupações, por ora, de rigor conceptual, exige aquele entendimento que precisemos a noção de cultura política.

Embora em perspectivas e terminologias nem sempre coincidentes cremos todavia existir, no âmbito da ciência e da sociologia políticas, um relativo consenso quanto às considerações de que cultura política envolve um conjunto de representações, com o qual os agentes sociais descodificam o sistema político, as suas regras e instituições, jogando este quadro de referência um papel essencial na definição do seu posicionamento perante o mesmo e, portanto, na génese e produção dos comportamentos políticos³.

Aceitando a pertinência deste entendimento, queremos no entanto acrescentar que a percepção e avaliação que os agentes sociais fazem dos objectos políticos não relevam apenas, nem principalmente, de estruturas estritamente políticas. O conhecimento do sistema político é condicionado por outras dimensões da vida colectiva, exteriores às instituições políticas.

Querem estas considerações significar — e os resultados empíricos deste estudo são disso testemunho — que se é possível visualizar um padrão dominante de cultura política específico à sociedade rural, veremos que ele enraíza fortemente na organização social e na estrutura das relações sociais características daqueles espaços.

Embora não seja fácil precisar o campo dos objectos políticos, não porque haja divergências quanto ao seu núcleo duro — o Estado, no conjunto das suas instituições, processos e símbolos — mas, fundamentalmente, no estabelecimento dos seus limites, julgamos ter virtualidades analíticas circunscrever o objecto da cultura política ao sistema político e seus componentes.

Assim, no que concerne aos objectos políticos, propriamente ditos, iremos considerar o sistema político no seu todo e os processos e componentes a ele referidos, reportando-se estes, fundamentalmente, ao Estado,

aos seus órgãos de poder e aos partidos políticos. Não nos regularemos por uma interpretação teoricamente exaustiva, mas tão só, por aqueles aspectos julgados fundamentais e que, como tais, se apresentam a estes agentes sociais.

Os processos eleitorais serão considerados pela sua exemplaridade em relação às características de funcionamento dos sistemas democrático-parlamentares. Tais processos estão intimamente associados à participação política dos indivíduos, que igualmente será considerada.

Finalmente será avaliada a posição política, no aspecto julgado o mais saliente, da divisão esquerda/direita. Esta divisão, embora de contornos dificilmente objectiváveis, revela-se, como veremos, nos seus múltiplos e subjectivos entendimentos, como fortemente potenciadora de valores e crenças que se manifestam na esfera do político.

A visualização dos agentes em relação à estratificação social, aos conflitos e à legitimação do poder dos grupos sociais, bem como os aspectos ligados à organização familiar, económica e religiosa situam-se exteriormente, do ponto de vista analítico, ao que definimos como objectos de cultura política. A sua consideração em paralelo surge, porém, na lógica dos condicionantes sociais e simbólicos do pensamento político de que pretendemos dar conta.

2. A metodologia que se nos afigurou adequada aos objectivos do estudo em causa, ou seja, à visualização das estruturas simbólico-ideológicas e dos processos de transformação que condicionam as atitudes e os comportamentos políticos em meio rural, é o *estudo de caso*, permitindo a análise intensiva e qualitativa dos principais processos sociais que estruturam a comunidade.

Escolhemos, por isso, uma freguesia situada no centro interior do país, cujo perfil sócio-económico reflecte inequivocamente a estrutura de uma comunidade camponesa. Aí realizámos 21 entrevistas em profundidade a um conjunto de indivíduos cuja escolha resultou da necessidade de recobrir, tanto quanto possível, a heterogeneidade de situações sociais existentes.

O discurso dos indivíduos constituiu a fonte principal de informação sobre a problemática que pretendíamos abordar e na sua análise tivemos em consideração não só as variáveis relativas à cultura política, mas também aquelas que se reportam aos diferentes níveis de inserção social — família, trabalho, religião, sociabilidade — e às respectivas trajectórias sociais. Mas, o conteúdo do discurso dos agentes sociais analisados só faz sentido quando se proceda à sua necessária contextualização. Razão por que passaremos a dar conta de alguns processos e estruturas sociais que atravessam a comunidade escolhida e lhe restituem o seu perfil específico.

Trata-se de uma freguesia com 519 habitantes, situada no extremo norte do concelho de Penamacor. A actividade agrícola institui-se aqui nitidamente como «modo de vida», atingindo 96% da sua população⁴. A

análise das situações socioprofissionais dá-nos uma indicação segura sobre o carácter familiar da quase totalidade das explorações agrícolas: 53 % são trabalhadores agrícolas familiares e apenas 14 % são assalariados agrícolas, mas em complementaridade com outras actividades. A este contexto corresponde, pois, uma elevada expressão de pequenos e médios agricultores proprietários, a maioria dos quais foi ou é ainda emigrante. Representados em 10 % estão os assalariados não agrícolas desta população que correspondem fundamentalmente aos sectores da construção civil e da exploração florestal.

Mas, sem dúvida, que um dos mais interessantes processos que dão configuração singular a esta freguesia foi a corrente emigratória para França que, em finais da década de 50, iniciou um movimento de êxodo rural de complexos e diversificados contornos. Nesse movimento, distinguimos uma forte componente de emigração com regresso, cuja proporção, atingindo 42 % dos agregados domésticos, contribuiu definitivamente, não só para recompor a estrutura populacional da freguesia, como permitiu trazer uma viva reanimação económica e social a este espaço rural, sem a qual estaria de há muito condenado a uma estrutura social maioritariamente constituída por reformados e inactivos. Por outro lado, as estratégias de regresso associadas a estes emigrantes — pautando-se pela manutenção da família na aldeia (emigrando apenas o chefe), e procedendo a investimentos e melhoramentos na própria aldeia, de que são exemplo a compra de terras e o retomar e o alargar da actividade agrícola — contribuíram, ao invés do sentido que a emigração revestiu para a maior parte dos espaços rurais, para o reforço de posições e estatutos ligados à condição camponesa.

O estudo intensivo realizado foi estrategicamente orientado para captar as relações entre diferentes níveis de análise: relações sociais, cultura societal e cultura política. A escolha da freguesia, pelas considerações anteriormente feitas, reflecte, pensamos, um alto grau de exemplaridade para a observação dos processos e comportamentos políticos em zonas rurais, se excluirmos o Alentejo e, em alguns aspectos, as zonas litorais largamente entrosadas no desenvolvimento urbano.

1. SOCIOGRAFIA ELEITORAL

Uma primeira observação que se impõe quando olhamos esta comunidade na perspectiva dos processos políticos é a de que a actividade e participação da sua população nesses processos são extremamente reduzidas. É escassa a informação e o conhecimento dos problemas ligados à esfera política, sejam eles de âmbito nacional ou local, não sendo habitual assistir ou participar em discussões políticas. Não existem sedes locais de quaisquer partidos, nem se vislumbram vestígios — à excepção de uma rua com o nome do general Ramalho Eanes — de marcas ou expressões de uma ideia política.

A apatia relacionada com os fenómenos políticos parece todavia apagar-se — e algum movimento surge então — em períodos eleitorais. Os líderes locais de alguns partidos políticos com sede no concelho visitam a aldeia, predispondo algumas pessoas ao envolvimento político. Passado, porém, o dia das eleições, sistematicamente caracterizado por elevada abstenção, tudo volta à normalidade, isto é, novamente desaparece a política do horizonte das vivências colectivas.

Convictos de que o sentido do voto, embora insuficiente, constitui indicador valioso das tendências político-ideológicas de uma população, principiemos por apresentar a distribuição partidária que nos sucessivos actos eleitorais esta freguesia tem assumido.

No que respeita à evolução do voto, desde 75, nos actos eleitorais para a Assembleia da República (vd. quadro I, em anexo), sobressai, em primeiro lugar, a altíssima proporção das abstenções, com uma média de 30%, atingindo mesmo, em 1985, 40%⁵. A sua diminuição em 1979 para 22% segue aqui uma tendência que se verificou em todo o país (12,5%) e que tem certamente relação com a excepcional mobilização que lançou a AD e teve na Igreja um poderoso aliado para a recepção e difusão da sua mensagem político-ideológica. Curiosamente, aliás, coincide este período — 1979-80 — com a altura em que parte da população confessa ter abandonado a sua prática dominical porque, entre outras razões que adianta explicitaremos, «o padre misturava muito a política com a religião e isso não estava certo». Queremos guardar esta questão para mais tarde. Mas não deixa de ser significativo que em actos eleitorais posteriores, a votação no CDS ou na AD — partido e coligação mais votados até 79, atingindo em 1980, 67,3% dos votos — tenha baixado substancialmente, cifrando-se a votação no CDS em 4,5% nas últimas eleições legislativas, em 1987 (vd. quadro, I, em anexo).

O PS é pois o partido que, desde início, mais lentamente na freguesia que no concelho, tem logrado conquistar espaço eleitoral, passando de 16,4% em 1975 para 45,2% nas últimas legislativas. Refira-se, aliás, que já em 85, se juntarmos à votação do PS (com 31,1%) a votação do PRD (com 22,6%) que vem disputar o mesmo espaço eleitoral do PS, a percentagem da soma de ambos situa-se em 53,7% o que representa uma deslocação clara de votos anteriormente agrupados nos partidos de direita.

Vejamos agora o perfil político desta freguesia, resultante das eleições presidenciais.

Se Ramalho Eanes incontestavelmente ganhou no seu primeiro mandato, com 93,1% — para o que decisivamente terá contribuído a sua passagem pela aldeia e a confraternização com os seus habitantes — já no segundo mandato (1980), apenas ganhou, nesta freguesia, a Soares Carneiro por uma diferença de 1,3% (vd. Quadro II, em Anexo).

Significativos das posições políticas desta população, sem dúvida pela aparente incongruência que inspiram, são os dois sufrágios para a Presidência da República em 1985, em comparação com anteriores resultados

eleitorais. Atente-se na sua sequência: depois de, em Outubro de 85, PS + PRD terem alcançado 53,7%, em Dezembro do mesmo ano, nas eleições para a Assembleia de Freguesia (vd. Quadro III, em anexo), o PS ter conseguido 5 mandatos, com 64,3%, é finalmente Freitas do Amaral que, em Janeiro de 1986, alcança 53,7% enquanto Mário Soares se situa em 40,6%; este sai, no entanto, vencedor à segunda volta, com 56,4% contra 43,6% para Freitas do Amaral, não só à custa da redução da percentagem da abstenção, mas também de uma clara deslocação de votos que, no primeiro sufrágio, se tinham concentrado em Freitas do Amaral (vd. Quadros I, II, III em anexo).

Entretanto, a análise do comportamento eleitoral ficaria incompleta se nos não referíssemos às eleições para as autarquias locais. O poder local, no que respeita à sua componente eleitoral, levanta uma outra ordem de questões que passa, nomeadamente, pelo específico relacionamento que os eleitores mantêm com os representantes a eleger. A dimensão política é aqui mais apertadamente perpassada pela lógica das relações sociais e de sociabilidade destes espaços sociais, assentes, como se sabe, em relações de interconhecimento fortemente integrativas.

As eleições para a Assembleia de Freguesia reflectem as mesmas tendências nas opções de voto registadas para outros actos eleitorais, embora tornem mais nítida a implantação, a nível local, de dois partidos que quase exclusivamente disputam estas eleições: CDS e PS.

Salvaguardando embora a especificidade destes sucessivos actos eleitorais, a confrontação dos seus resultados poder-nos-á sugerir uma mudança político-ideológica profunda associada a este espaço social? Ou, significarão estas oscilações no sentido do voto, a sua fraca ideologização, exceptuando, claro, o voto no partido comunista?

É cedo, perante estes elementos, para ensaiar uma explicação. Se os dados objectivos dos sucessivos actos eleitorais nos dizem alguma coisa sobre as posições políticas desta população, poder-nos-ão iludir quanto às significações que subjazem a estes resultados.

Tais significações serão procuradas na ordem social e simbólica local, de que daremos conta noutras fases desta exposição.

2. A CULTURA POLÍTICA DO CAMPESINATO — ELEMENTOS PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO

O sistema político, a política e os políticos

A política é para as pessoas da cidade que acabam o trabalhinho e vão para o café. Agora eu venho do trabalho, vou para a taberna, aí bebem-se uns copos e pronto! Qual política? Só há política quando alguém leva mais caro! (...)

Neste meio rural visualiza-se a política — os seus actores, regras e instituições — como algo distinto e, em muitos casos,

votar não é fazer política! Eu tenho o meu partido, você tem o seu, acho que isto não é fazer política nenhuma. A política é como essas velhotas que aí há: vão todos os dias à missa e depois andam aí a falar mal de uns e de outros, isto para mim é que é política! (...) (dos políticos) a gente não pode dizer quem é o melhor ou o pior. Vão para lá e a primeira coisa que fazem é tratar da vida deles, depois é que fazem alguma coisa pelos outros. Mas, o deles já está no bolso»

37 anos, 3.^a classe emigrante regressado, pequeno agricultor e operário da construção civil.

A política é preciso sabê-la jogar... a gente deve conversar com todos os políticos e não os tratar mal e não devemos manifestar bem as nossas ideias políticas para termos esperança nos que mais mandam e para ver se conseguimos alguma coisa do que nos faz falta... Mas não se deve manifestar muito as ideias políticas aos grandes, pois é deles que a gente precisa para nos auxiliarem.

59 anos, 4.^a classe, proprietário fundiário.

Eu vou votar é pelas pessoas. Mas está certo haver partidos para dizer o que está mal e o que está certo porque não é o povo que vai dizer o que está bem feito, não sabe!... Mas devia haver mais entendimento entre os políticos, havia de equilibrar mais tanto os comunistas, como os do centro como os da direita — unirem-se mais, porque o que nos interessa a nós os políticos ou os partidos? A nós interessa que o país suba e que trabalhássemos todos pró mesmo porque o governo é como um pastor: se levar as cabras para má comida o gado não mata a fome, se o pastor é bom já o gado dá bom leite... A política é a mesma coisa, é preciso entender as ovelhas, não estou a dizer que não haja partidos mas que se unam para bem de todos.

53 anos, 4.^a classe, emigrante estacional e agricultor proprietário.

Voto sempre porque o cidadão deve votar. Mas penso que se ninguém votasse se daria o mesmo caso, ficava tudo lá na Assembleia da República e resolviam uns com os outros e se calhar seria até melhor porque o povo mal conhece aquilo... porque candidatou-se este ou aquele, ora nós aqui ninguém o conhece, é apenas por

oposto à esfera social na qual os agentes se movimentam.

O mundo da política configura-se como complexo, sujeito a leis que se não dominam, mas que detém um poder efectivo a nível nacional com implicações locais. Receiam-se as mudanças políticas que alterem brusca-mente a ordem social e simbólica local, em tudo o resto adopta-se uma atitude instrumental de maximização das vantagens.

Na avaliação dos regimes políticos entram fundamentalmente em jogo os resultados (*outputs*) efectivos supostamente decorrentes do seu funcionamento, em detrimento das suas características formais.

A posição face às mudanças ocorridas com o 25 de Abril é bem ilustrativa do que se afirmou; o actual sistema de democracia representativa é significativamente reconhecido por todos os grupos sociais como o melhor, em comparação com regimes ditatoriais (em que serviu de referência o regime anterior ao 25 de Abril) e regimes comunistas. Mas, as virtualidades do actual regime assentam privilegiadamente na melhoria da situação económica e segurança social, reprovando-se o «excesso de liberdade» e a «falta de autoridade», fonte de conflitos e distorções a todos os níveis da vida social.

A possibilidade de escolher politicamente e a liberdade de expressão são valores bastante mais apreciados pelos grupos

ouvir dizer... a política, nós aqui às vezes falamos, mas a gente fala sem saber, portanto, isso é uma tolice nós por aqui estarmos a ligar à política.

56 anos, 4.^a classe, emigrante estacional e médio proprietário.

Eu sei lá, até nem percebo nada de política, absolutamente nada. Não faço caso nenhum dessas notícias, nem desse parlamento que eles lá têm. Eu vou cá na minha ideia e ninguém me tira... Eu cá tenho um remorso na consciência se não votar, por isso voto sempre porque não gostava que o comunismo entrasse.

62 anos, 4.^a classe, proprietária fundiária.

Vou sempre votar porque é menos um voto que vai para o PC, mas digo: três partes do pessoal desta aldeia não sabem o que fazem! Isto é um atraso de vida e esta coisa da política só foi conhecida do 25 de Abril para cá, isso só é discutido a fundo nas alturas das eleições, depois pronto! Tudo se tranquilizou, tudo se esqueceu e já ninguém fala mais no assunto.

71 anos, 2.^o ano, emigrante regressado e agricultor proprietário.

O 25 de Abril foi bom pela liberdade porque as pessoas antes tinham medo de falar porque eram presas e maltratadas... agora é livre e as pessoas falam sem medo e a gente acredita que é do coração porque é sem medo... outra coisa é que do 25 de Abril para cá desenvolveu-se o dinheiro, as pessoas vivem melhor... quando eu fui para a França em 1962 fiquei admiradíssimo, a gente via que era um país muito mais adiantado que o nosso, naquele tempo, a gente nunca tinha saído daqui, chegámos lá e vimos aquela liberdade, aqueles pobrezinhos tudo bem vestido, toda a gente tinha dinheiro e não se sabia quem era o rico ou quem era o pobre, era tudo igualinho! E aqui era uma miséria, distinguia-se o rico do pobre! Hoje já não é assim.

71 anos, 2.^o ano, emigrante regressado e agricultor proprietário.

O 25 de Abril, toda a gente sabe que foi a revolução, foi aquela tragédia toda para mudarem o Governo, o Presidente, mas agora a gente vive

mais jovens de campesinato parcial ou por elementos com maior capital escolar.

Não se deverá, entretanto, deduzir que existe um distanciamento global da natureza democrática do sistema político do 25 de Abril. Se as eleições, enquanto processo de escolha, são genericamente aceites, é sobretudo o acto de votar e não a sua preparação o que mobiliza os participantes. A luta partidária, subjacente às campanhas eleitorais, aos comícios e a outras formas de propaganda, é, pelo contrário, objecto de viva rejeição.

Curiosamente, existem testemunhos de forte envolvimento local nas eleições para a Junta de Freguesia; repare-se, no entanto, que esta luta dificilmente é identificada como política, pelo facto de se conhecer pessoalmente os protagonistas e radicar em problemas locais de que todos são testemunhas.

A política a nível nacional é reconhecida segundo outros parâmetros. Os seus protagonistas distinguem-se das pessoas locais e nem sempre as suas divergências se apresentam como perceptíveis. O sentimento generalizado de incompetência e impotência para interferir em órgãos que só os políticos sabem manipular induz uma certa falta de confiança nos mesmos, reforçando o sentimento de pertença a outras identidades.

Em todo o caso, são os processos político-eleitorais locais — vê-lo-emos — que mais substancialmente têm funcionado

um tempo mais livre, as pessoas ganham mais, trabalham menos e ganham mais.

44 anos, 4.ª classe comerciante e trabalhadora agrícola familiar.

O 25 de Abril foi bom porque antes só viviam bem os ricos, hoje vive-se melhor, há outras comodidades e já não há pobres nem ricos... antes havia aí dois ou três que eram os donos da aldeia, o resto era tudo pobre e muitos tinham de lhes pedir favor para lhes darem trabalho, a gente tinha de andar debaixo dos pés deles e hoje são eles que se baixam para a gente trabalhar para eles.

29 anos, 4.ª classe, agricultor e alugador de máquinas.

Estado, Órgãos de Poder e Partidos Políticos

O Estado devia ajudar, mas há pessoas que se lhe tirarem o terreno também se apagam, se é tudo empregado do Estado começam a desanimar, porque se cada pessoa tem aquilo que é seu, tem gosto, não é pelo lucro que aquilo dá... agora se a pessoa faz oito horas de trabalho, então tanto se lhe dá chegar aqui como além, o trabalho começa a desmoralizar e têm de se criar mais chefes que trabalhadores.

29 anos, 4.ª classe, desempregado e pequeno agricultor.

A esquerda é o tal partido que não deixa governar as pessoas à vontade, o PC tem aquela má fama porque se entrar no Governo ou na vida nacional as pessoas não ficam donas do que é seu, ficam mais ao mando do Estado, não é?... A gente deve andar à vontade e não ser dirigida por ninguém, eu não acho bem as pessoas serem governadas por outros, cada um governa aquilo que tem, o que é seu, e o que ganhar ser seu.

44 anos, 4.ª classe, comerciante e trabalhadora agrícola familiar.

O 25 de Abril deu muita liberdade... os empre-

como mecanismos de integração e aprendizagem desta população, dos valores, símbolos e regras que informam o sistema político nacional. No entanto, esta dinâmica cultural processa-se diferentemente, consoante os grupos sociais e de acordo com o grau de compatibilidade entre os valores políticos em jogo e os que regulam a vida social local.

O distanciamento relativamente à política e as reservas em relação aos políticos não obstam a que se apele a um intervencionismo forte do Estado, especialmente na área social. No entanto, esclareça-se, com limites bem definidos. O Estado não deverá intervir no direito de propriedade, nem nas condições do seu usufruto, devendo dar condições e força às classes proprietárias, mas de modo algum a elas se substituindo; tem, contudo, especiais deveres para com os mais desprotegidos e de propiciar o desenvolvimento das actividades económicas, especialmente da agricultura.

Alguns sectores sociais menos ligados à propriedade, ou os grupos etários mais novos, igualmente manifestam um forte desejo de intervencionismo estatal preferencialmente incidindo

gados já queriam ser os patrões, depois os patrões abandonaram as fábricas e isso foi mau para o país... é claro, tem de haver patrões, porque só o Governo não pode orientar a jogada toda!

35 anos, 4.^a classe, operador de máquinas e agricultor proprietário.

O 25 de Abril foi bom na parte política, deu liberdade, foi mau na parte industrial... fizeram as nacionalizações, está mal, porque é dos capitalistas que nós cá precisamos para isto se desenvolver.

28 anos, 4.^a classe, comerciante e pequeno industrial.

Não estava contente com a Junta. Tinha ofensas deles, prejudicaram-me bastante... Além disso os desta Junta agora são todos da minha família, eu até lhe digo: nós éramos do PPD, mas agora votámos no PS para que ganhasse esta Junta, não queríamos lá outra e agarrámo-nos ao PS, é por isso que eu digo que os partidos não interessam, a gente escolhe é as pessoas. Nós éramos do PPD, mudámos para o PS da próxima vez conforme o toque assim é o baile!

62 anos, 4.^a classe, proprietária fundiária.

O padre aqui metia a política com a religião, misturava uma coisa com a outra e eu não achava bem isso. Em primeiro, aqui era só tudo CDS, mas a malta começou a sair para o estrangeiro e outros para aqui outros para ali e começaram a ver alguma coisa mais... e a malta julgava que os do CDS é que eram os religiosos, os católicos e os melhores. Mas a malta começou a aperceber-se de que não é bem assim... e digo-lhe mais: eu era CDS e mudei este ano para o PS... É que cá no nosso povo os que tinham mais religião pareciam os melhores, mas está-se a ver que os que praticam mais essa coisa são os que fazem as piores coisas... havia aí uma radicação no CDS terrível e ninguém acreditava que isto virava, mas virou mesmo... cá na terra não foi tanto a políti-

em áreas como o emprego, os vencimentos e a educação.

A interpretação das instituições e símbolos políticos enraíza fortemente na dimensão simbólica das relações sociais nas quais os indivíduos estão integrados. A posição face aos órgãos de poder político é disso exemplo. As eleições consideradas mais importantes são para a Presidência da República, não só pelo seu carácter personalizado, mas também porque consubstanciam a autoridade máxima, assimilável à do pai de família.

A tendência para fundamentar o poder na pessoa, em detrimento da instituição, encontra vários paralelos em outras dimensões das estruturas simbólicas do campesinato. O sentido de indivisibilidade do poder, supostamente protagonizado pelo Presidente da República, reporta-se claramente à noção de autoridade na família camponesa e à legitimação, reforçada pela religião, de uma ordem social hierarquizada em que o poder tem maior eficácia, isto é, mais probabilidade de obediência (e consentimento), quando se apresenta coeso e concentrado num só órgão, ao qual cabem funções essenciais de integração das oposições e dos conflitos.

Apesar de tudo, aqueles que têm uma visão mais distanciada ou crítica da vida na aldeia, no caso vertente, os mais jovens, com maior capital escolar ou ligados a sectores de actividade não agrícola reconhecem uma

ca do Governo, foi mais aqui da aldeia que lá em baixo, porque as pessoas sabem lá o que é o Governo? Um dia começámos aí a falar que não podia lá continuar o CDS, porque aqui há uma rivalidade entre os que estavam e os que queriam entrar, e começou-se aí a arranjar uma lista para concorrer. Não importava que fosse do PPD ou do PS, tinha era de mudar a situação, tínhamos era de mudar as pessoas!

53 anos, 4.ª classe, emigrante regressado e agricultor proprietário.

Começou-se a ver que a aldeia não ia para a frente e começou-se a fazer política para isto mudar. O PS ganhou porque as pessoas voltaram-se e viram que as pessoas que lá estavam não prestavam.

29 anos, 4.ª classe, agricultor e alugador de máquinas.

Acho que as eleições mais importantes são para o Presidente da República, porque praticamente é o pai de família e se o pai não orientar bem os filhos...

35 anos, 4.ª classe, operador de máquinas e agricultor proprietário.

As eleições mais importantes são para o Presidente da República porque daí é que tem de se governar; é certo que não se conhece as pessoas... mas é de lá que vem o mando.

62 anos, 4.ª classe, proprietária fundiária.

Primeiro tem de haver um governante no país e desse governante, depois, é que saem os governantes para as autarquias, para as Câmaras, ora, com certeza que as eleições para Presidente da República estão em primeiro lugar.

56 anos, 4.ª classe, emigrante estacional e agricultor proprietário.

maior importância às eleições que determinam o Governo. Um melhor conhecimento do sistema político permite a percepção das implicações na vida social dos actos de gestão do executivo.

Esta concepção, de que o poder parte «de cima para baixo», leva a que os órgãos de poder local sejam, por ordem de importância, colocados na base da hierarquia das instituições políticas do aparelho de Estado.

A importância das eleições autárquicas, em particular para a Junta de Freguesia, nem sempre aparece explícita nos discursos, pelo que a dinâmica política que as tem caracterizado revela uma aparente contradição entre os entendimentos desta população sobre o sistema político e as práticas ao mesmo relativas. Anote-se, no entanto, que alguns dos jovens interrogados apontam essas eleições como das mais importantes, numa atitude que vai claramente ao arrepio do centralismo manifestado pela maioria da população.

Com efeito, ao contrário da atitude generalizada de exterioridade em relação a diversas instituições do sistema político, as eleições para as autarquias decorrem em profundo empenhamento e envolvimento da população quer durante as campanhas, em que é forte a discussão, a propaganda, os pedidos de votos «porta a porta», quer depois, nas manifestações de júbilo, acompanhadas de banquete, foguetes e baile em honra dos vencedores.

As eleições mais importantes são para o Presidente da República, escolher um bom Presidente porque é ele que nos vai governar, que vai aprovar as leis boas ou más. É o supremo, é o melhor!

71 anos, 2.º ano, emigrante regressado e agricultor proprietário.

As eleições mais importantes são para o Governo, a seguir para a Junta e depois para o Presidente da República.

26 anos, 9.º ano, operário da construção civil e trabalhador agrícola familiar.

A propaganda para as eleições da Junta foi em demasia, soava até quase fora da lei, andaram aí de casa em casa a pedir, a pedir pelas portas...

59 anos, 4.ª classe, proprietário fundiário.

Para as outras eleições, eu vou ser verdadeira: como ganhou aqui a Junta do PS e o Presidente da Câmara também é PS, tinha gosto que fosse tudo do mesmo lado, votei tudo para o mesmo lado.

62 anos, 4.º classe, proprietária fundiária.

Quanto menos partidos houvesse melhor era para Portugal, porque assim a malta divide-se muito e isso não está bem, só havia de haver um partido, fosse ele qual fosse.

26 anos, 4.ª classe, operário da construção civil.

É importante haver partidos para podermos mudar os governantes. Se os que lá estão não servem, vamos votar e mudamos os governantes,

É, pois, sobretudo ao nível dos seus prolongamentos locais que, em contextos específicos, a socialização política do regime é consumada, aí se consubstanciando as participações políticas de maior intensidade.

Tal socialização decorre num contexto de relações sociais assentes no parentesco e no interconhecimento, e accionando mecanismos de patrocínio tendentes ao desenvolvimento de «lealdades políticas», onde os órgãos e líderes do poder local têm carácter decisivo na formação da cultura política dos agentes sociais.

A implantação local de dois partidos como o CDS e o PS, bem como a inflexão da população para este último, constitui exemplo flagrante do que afirmamos.

O CDS deve, de alguma forma, a sua implantação ao pároco da freguesia que, se tem vindo a perder alguma autoridade moral junto dos seus paroquianos, não pôs de forma alguma em causa os valores do discurso religioso que se articulam com a visão camponesa do mundo. Tudo isto é corroborado por algumas famílias de grandes proprietários, alguns ex-emigrantes, que através de laços de dependência pessoal mantidos com outros elementos da comunidade continuam a ter forte peso de influência.

A implantação do PS deve-se fundamentalmente às duas famílias maiores proprietárias da freguesia, cujas tradições liberais

mas... o que eu encontro na política é que fazem muita propaganda e não era preciso tanta coisa...

29 anos, 4.^a classe, agricultor, alugador de máquinas.

Eu não sou de partido nenhum, só penso nisso quando vou votar, eu voto sempre nunca fico em casa... mas os partidos não deviam existir porque dividem muito o povo e eu não gosto do povo dividido.

44 anos, 4.^a classe, comerciante e trabalhadora agrícola familiar.

e anticlericais remontam ao período da I República. Se, inicialmente, estas características terão levado a identificar o PS com «o partido dos ricos», o seu poder e prestígio na comunidade, começando por aqueles que mais directamente estavam na sua dependência, a par do privilégio da observação e participação directas nos conflitos internos do poder local acontecidos nos últimos anos, estarão de certo na origem da aceitação que, a pouco e pouco, este partido foi conquistando.

As diversas representações sobre os órgãos políticos, que pontualmente temos vindo a desagregar, regulam-se ainda, no pensamento dominante local, por um princípio geral de unidade e indivisibilidade do poder, que embora implique hierarquização — e vimos ser ao nível da Presidência da República que se consubstanciava a máxima autoridade — deve apresentar-se coeso nos seus diferentes órgãos. A procura ideal dessa coesão pode reflectir-se (e tem-se, de resto, reflectido) em comportamentos que visam a sintonia das escolhas partidárias.

Posição Política e Processos Político-Eleitorais

Temos partidos a mais, a gente assim não sabe escolher, eu acho que deviam reduzir-se a três: esquerda, centro e direita...

A direita empurra muito para a grandeza antiga, a puxar um bocadito para a riqueza, e eu a riqueza também sou contra ela, deve ser um centro equilibrado... a esquerda é o contrário, já vai mais para a pobreza e o comunista apoia muito o

Enquanto realidade nova no após-25 de Abril e como dimensão intrínseca dos sistemas democrático-parlamentares, tem particular importância a posição desta população face aos partidos.

sindicato e a classe trabalhadora... deve haver aquela conjugação entre eles e os proprietários ou industriais, agora o centro tem o seguinte: é equilibrar aqueles que ganharam, aqueles que têm, de modo a não serem confiscados esses bens e governarem-se todos os pobres.

59 anos, 4.^a classe, proprietário fundiário.

Até à data sou PS... porque é um partido mais do centro, enquanto o PPD e o CDS são partidos mais à direita, partidos das classes mais favoráveis... O PS tem estruturas entre o rico e o pobre, existe mais igualdade.

28 anos, 4.^a classe, comerciante e pequeno industrial.

O meu partido tem sido sempre o CDS. São uns homens que estão ao lado da Igreja, do clero e do povo.

56 anos, 4.^a classe, emigrante e agricultor proprietário.

Temos aí o Álvaro Cunhal, também é um gajo sabido, mas o partido dele não nos interessa... agora tudo empregado do Álvaro Cunhal, não podia ser!... Eu sou socialista, ser socialista é ser um gajo porreiro que vive com este e com aquele sem problemas!

35 anos, 4.^a classe, operador de máquinas e agricultor proprietário

O político mais inteligente do país é o Álvaro Cunhal! O pior é que dentro do PC está lá aquela farrapada toda, o pé descalço, esse está todo infiltrado no comunismo e pensam que comem sem trabalhar e que têm bons carros sem trabalhar, está lá enfiada aquela malandragem toda, trabalhavam nas fábricas e pensavam que já eram os patrões, não gosto do comunismo por causa disso e dou por mal empregado o Álvaro Cunhal estar a governar aquela tralha!

71 anos, 2.^o ano, emigrante regressado e agricultor proprietário.

Diziam que quem não votasse no CDS não ia para o céu e isso levava a maioria das pessoas... de hoje em diante talvez não aconteça isso porque a malta nova já não vota no CDS, vota no PS ou no PRD, os velhos foram morrendo os jovens vão

A reserva face aos mesmos e a consciência de que a sua pluralidade em diferentes órgãos políticos dissemina o poder, tornando-o difuso e pulverizando a sua autoridade, enquadra-se na razão já apontada de se valorizar a coesão social. Todavia, porque é uma realidade presente e continuamente invocada no actual regime político, vieram a esbater-se as oposições mais radicais.

Apesar de tudo, as manifestações mais exteriorizadas da luta partidária continuam a ser objecto de viva rejeição. O sistema partidário, analogamente à representação da luta sindical, legitima-se na medida em que a sua prática privilegia a concertação, o diálogo, evitando ou suprimindo o confronto.

As opções em termos partidários mantêm estreita relação com a ordem social e simbólica local. A maioria pronuncia-se a favor da redução do leque partidário, de modo a representar o que parece essencial a este imaginário político-ideológico: a direita, o centro e a esquerda. A posição política dominante vai no sentido de um centro, lugar de equilíbrio social, em particular entre os ricos e os pobres. Esta procura do centro político não se resume à dimensão económica de conciliação de interesses entre os ricos e os pobres. Está também em causa um equilíbrio social que evite fissuras de carácter ideológico. Na sua vertente mais conservadora e radical, esta mesma ideologia de

aparecendo e eles estão a perder terreno, a malta mais idosa vota no CDS mas daqui a mais uns anos já não têm hipótese.

28 anos, 4.ª classe, comerciante

Eu nunca gostei de greves porque embora o povo tenha razão que em tempos foi muito massacrado, eu encontro que a coisa tem de dar para o patrão e para o criado, se o patrão não tiver lucros, o criado nunca pode esperar muito... o grande mal vem dos sindicatos porque o sindicato só serve para criticar e eu ainda nunca vi o sindicato formar empresas!

A gente lá em França para pedir aumento de salário não precisa fazer greve, o patrão conhece o trabalhador e o bom trabalhador chega à beira do patrão, fala e é atendido, mas o patrão é que não pode medir os trabalhadores todos pela mesma medida porque nem todos são iguais, ao passo que aqui juntam-se todos e o que recebe Pedro recebe Paulo!

56 anos, 4.ª classe, emigrante e agricultor proprietário.

Os grandes problemas do país é o sindicato, imporem-se e quererem mandar mais que o Governo... e os políticos andarem sempre a picar-se, isso é o maior erro do país, assim a dividir, dividir empobrece o país. Em vez de greves, dialogar, ver onde está o bem e onde está o mal.

59 anos, 4.ª classe, proprietário fundiário.

Greves! Eu não quero saber disso, quero é ganhar o meu... isso só dá prejuízo, o Governo é que deve dizer: Bom, fulano aqui neste sector ganha tanto, então dá-se-lhe mais um xis para não andarem em greves.

53 anos, 4.ª classe, emigrante estacional e agricultor proprietário

Há um ditado que diz: «só sabe o que vai na panela quem mexe nela», é o mesmo com as greves, eles que lá trabalham, lá têm as suas razões... em democracia, é o direito que as pessoas têm de se expressar e se a lei permite aos trabalhadores lutarem contra o patronato acho legítimo, embora hajam consequências e quem fica sempre prejudicado é o Zé Povinho!

24 anos, 8.º ano, operário construção civil e trabalhador agrícola familiar.

manutenção de uma ordem social tradicional, sem lutas político-sociais, está contra a existência de partidos. Em outros casos, de melhor aceitação do sistema, é ela própria que vem a determinar as opções partidárias.

Menos adversos à luta política, os grupos etários mais novos, e alguns assalariados, têm posições de maior aceitação dos partidos e da luta política que lhe é inerente.

A divisão entre a esquerda e a direita faz, pois, parte integrante do imaginário político-ideológico local. Na sua versão mais simplificada e generalizada a direita corresponde ao interesse dos ricos e a esquerda aos interesses dos pobres e dos trabalhadores.

A esquerda corresponde também a um intervencionismo estatal ou de grupos sociais que vão no sentido de diminuir as desigualdades.

Para as franjas mais idosas do campesinato, tal intervencionismo é interpretado como uma ameaça à propriedade ou à liberdade de escolha. Em grande parte, essa imagem de partido de esquerda, interventor na vida económica e social é representada pelo Partido Comunista. O PS, mesmo junto desta camada, identifica-se com uma imagem de consenso e de procura de melhoria económica para todos. O voto dos grupos de campesinato parcial ou de membros mais jovens de famílias camponesas vai inequivocamente para o PS; en-

Greves? Acho bem, a gente anda a trabalhar não é para aquecer... as manifestações, os comícios... sabe, a gente aqui não tem tanto ambiente como as pessoas da cidade, que sabem mais coisas, onde há mais coisas, as pessoas lá são obrigadas a puxar e a gente aqui nunca nos faltou o comer, aqui na aldeia nunca houve fome e quando não falta o comer a gente anda sempre bem!

26 anos, 4.^a classe, operário construção civil.

A greve acho bem, uma pessoa que trabalha e não lhe pagam o direito acho que deve fazer greve, agora com respeito a manifestações foi coisa a que nunca assisti nem penso assistir, são coisas que não me governo com elas!

37 anos, 3.^a classe, emigrante regressado e operário da construção civil.

Eu votei no Mário Soares porque quando ele foi ministro foi a altura em que vivi melhor e toda a gente viveu, havia mais liberdade, mais segurança e mais vantagem de vida para todos.

29 anos, 4.^a classe, desempregado e agricultor.

A malta velha não tolera a vida da malta nova, os velhos não entendem a vida actual porque a malta nova vai ao baile, porque bebe uma cerveja... a malta nova vive bem e faz outra vida... As pessoas têm invejado a minha vida, não podem ver que eu tenha carro, que eu vá para aqui e para ali só que eu nunca lhes liguei.

28 anos, 4.^a classe, comerciante.

O Mário Soares com aquela maneira de ser é como uma pessoa vulgar, não mete o respeito que pertence a um Presidente da República, é mais à vontade e não há aquele respeito que havia pelo general Eanes... porque um presidente se é um general sai mais à atracção dos olhos, impõe mais respeito, é uma autoridade.

63 anos, 4.^a classe, reformado guarda fiscal e agricultor proprietário.

O 25 de Abril foi bom, mas trouxe liberdade em demasia, em virtude de ser muito rápida e os portugueses não estarem preparados para isso. Depois do 25 de Abril há liberdade para dizerem mal de pessoas superiores, de uma certa cultura... já

tre outras razões, porque simboliza um estilo de vida urbano, onde o consumismo e a liberdade individual são tidos como padrões de comportamento e valores essenciais. Sobretudo importantes para quem está espartilhado numa comunidade e integrado em famílias, onde o controlo social apertado e a rigidez moral marcam os diversos campos da sociabilidade e aspira, simultaneamente, a deles se libertar.

É legítimo perguntar em que medida este imaginário político-partidário determina os comportamentos, em particular eleitorais. As eleições locais e para o Presidente da República parecem ser as menos afectadas por estas crenças e valores.

Em muitos casos o comportamento político parece ser menos regulado pelas opções partidárias que pelo carisma pessoal. Sendo esta a posição largamente explicitada, «os partidos não interessam, o que vale são as pessoas», não nos devemos iludir quanto à capacidade deste grupo social para avaliar o ideário dos diversos partidos, projectando-o numa ordem social que se ajusta ou não aos seus interesses de classe. A noção de «líder», de homem superiormente dotado e predestinado encontra forte eco na cultura camponesa. Mas, a aceitação de determinadas personalidades políticas só se produz quando estas consubstanciam certas crenças e valorizações fortemente enraizadas nas populações rurais.

faltam ao respeito ao presidente da Junta, ao primeiro-ministro, se for necessário ao presidente da República...

59 anos, 4.^a classe, proprietário fundiário.

Eu fui convidada para a Junta mas não achava bem, porque nesses lugares devem estar pessoas de certa posição... e eu não era uma pessoa rica para me terem respeito, nesses lugares devem ser pessoas de mais cultura e mais importantes.

44 anos, 4.^a classe, comerciante e trabalhadora agrícola familiar.

Os processos eleitorais são, para a grande maioria, a ratificação de um poder que advém de um *status* social já adquirido. A democracia, menos que um conjunto de mecanismos de representação e articulação de interesses e ideologias, é sobretudo vista como um processo referendário do poder. É nesta lógica que se rejeitam as campanhas eleitorais, por viciadoras de uma ordem natural de posições.

Apesar de tudo, a sucessão de campanhas e processos eleitorais no após-25 de Abril, continuamente valorizados pelas forças políticas nacionais, não deixaram de produzir efeitos na cultura política local. De qualquer forma, são as camadas mais instruídas — melhor integradas nos circuitos de comunicação e cultura modernas — assim como os sectores sociais mais ligados a actividades económicas não agrícolas, aqueles que mais facilmente se integram nos processos da democracia representativa.

3. A ORDEM SOCIAL CAMPONESA

... Há os ricos — os que têm mais terrenos — depois os remediados — que não têm muito nem pouco — depois há aqueles que têm já só para si, já só aquele cantinho para si... Há outros que não têm nada, já têm de arrendar a outros para viver os que não têm nada, alguns vivem bem porque ganham muito, mas os emigrantes, mesmo os que têm muito dinheiro, não podemos considerá-los na mesma classe... não chegam aos pés dos senhores ricos daqui, são um farrapinho ao lado deles.

44 anos, 4.^a classe, comerciante e trabalhadora agrícola familiar

Com insistência nos temos referido à especificidade das práticas e do pensamento políticos da população rural em análise. Repetidas vezes afirmámos radicar essa especificidade em condicionantes sociais e simbólicos inerentes à organização social característica da sociedade camponesa.

Não ignorando embora importantes resultados provenientes

Aqui na aldeia há um meio de vida muito diferente, a primeira é dos emigrantes, são as pessoas que melhor vivem, que têm mais dinheiro. Depois é a classe dos ricos — porque quem é rico há-de sê-lo toda a vida, são as pessoas que têm mais propriedade... Depois são os reformados e temos aí outra classe, a classe trabalhadora, esses que nós chamamos a classe da enxada, esses são os mais vaidosos, só trabalham quando querem, comem e bebem e todo o dinheiro que ganham lhes parece pouco.

63 anos, reformado guarda fiscal e agricultor proprietário.

Fazia dois grupos: o pobre e o rico... É claro que tenho de estar de acordo, não podemos ser todos iguais, a gente nasceu pobre e pobre há-de morrer, porque uns já nascem com a vida melhorada e outros nascem com menos, está certo! Não podemos ser todos iguais porque se assim fosse eram todos grandes e ninguém trabalhava, têm de trabalhar uns para os outros.

26 anos, 4.^a classe, operário da construção civil e trabalhador agrícola familiar.

Igualdade nunca pode haver, eu nunca posso ser igual ao médico, o médico nunca pode ser igual ao pastor, o Presidente da República nunca pode ser igual ao cavador de enxada... é igualdade mas é nos direitos, como dizem em França, *égalité, liberté, fraternité*, os direitos são iguais mas há diferença, igualdade nos direitos do Estado mas cada um na sua classe... Pode-se dar a volta ao mundo, mas sei que tem de haver sempre distinção!

56 anos, 4.^a classe, emigrante estacional e agricultor proprietário.

Os pobres não fazem nada! Os pobres é só pedir, querem mais dinheiro e não pensam em mais nada, não são capazes de orientar nada! Em todo o mundo, porque eu tenho experiência pelo estrangeiro: os *ouvriers* franceses não resolvem nada, se não for o rico a pôr o capital e a formar uma empresa, os pobres não fazem nada. O pobre deve ganhar o suficiente para comer, não há necessidade de ninguém passar fome hoje, está certo, mas também têm de dar lucro ao patrão para ele desenvolver as actividades não é?

53 anos, 4.^a classe, emigrante e agricultor proprietário.

tes de trabalhos de Sociologia e Antropologia nesta última área, cremos que o presente estudo ficaria amputado se não integrasse as representações da ordem social que mais firme correspondência detêm com o modelo dominante de cultura política, empiricamente captado.

Tendo presente que se nos depara uma população maioritariamente vivendo da terra, predominando os pequenos e médios proprietários, a perspectiva dominante de hierarquização das diferenciações sociais assenta quase exclusivamente na posse da propriedade fundiária. Tal estatuto, legitimador das desigualdades sociais e revestindo carácter determinista, resiste mesmo a novas fontes de diferenciação social. Os efeitos da emigração ou da oferta de empregos nos serviços só muito lentamente têm alterado esta perspectiva de hierarquização passando-se a valorizar outras formas de capital e rendimentos. No discurso de alguns entrevistados manifestam-se todavia outros critérios de diferenciação social e legitimação de *status*, mais consentâneos com princípios meritocráticos.

Os valores que se reportam ao todo social são em grande parte extrapolação daqueles que organizam a vida familiar — núcleo fundamental deste tecido social. É assim que, partindo sempre de uma valorização da autoridade dos mais prestigiados não deixa de se salientar a solidariedade para com todos os elementos da

Eu acho que as pessoas deviam ser medidas pelas capacidades: vão para a escola têm capacidade para agricultor, é agricultor, têm capacidade para professor, é professor... cada pessoa deve ser 'exprimida' na sua capacidade.

29 anos, 4.ª classe, desempregado e agricultor.

O 25 de Abril foi bom, veio trazer mais dinheiro, mais possibilidades de viver, mas trouxe liberdade a mais, isso é que foi pior, e a falta de respeito que há e não havia! Antigamente isto andava diferente, os rapazes estavam unidos na casa dos pais, entregavam o dinheiro e o pais dirigiam-nos, e agora? — Há pais que não sabem da vida dos filhos!

62 anos, 4.ª classe, proprietário fundiário.

Do 25 de Abril para cá, está melhor, há mais dinheiro... o pior é a falta de autoridade que existe, não há um Governo firme e os filhos não são o que eram antigamente na educação. A liberdade que veio com o 25 de Abril é a mesma que os pais estão a dar aos filhos...

63 anos, 4.ª classe, reformado guarda fiscal e agricultor proprietário.

A religião é importante porque dá uma maneira de respeito, responsabilidade e medo, porque a gente cria medo às más acções, ao mau fazer, há pessoas que fazem mal porque pensam que não há Deus, não há castigo... a gente receia porque sabe que há uma coisa que nos domina e que a gente tem de dar contas e tem aquele respeito, aquela humildade, aquela vergonha de dizer não vou fazer mal... é como um tribunal, a gente faz uma má acção, já sabe que tem o tribunal para julgar.

44 anos, 4.ª classe, comerciante e trabalhadora agrícola familiar

Acredito que existe um Ser Superior... A religião faz falta porque nos dá fortaleza para ir cumprindo o dever, para prestar contas a esse Supremo, senão era como os animias, até nem haveria tanto respeito pelas pessoas.

59 anos, 4.ª classe, proprietário.

comunidade, incluindo os mais desprotegidos.

O reconhecimento e a aceitação das diferenças sociais, interpretadas como naturais e imutáveis, não obstam a que se privilegie o equilíbrio e o consenso, o respeito por uma ordem social assente na experiência passada.

Este forte sentido de comunidade não se alicerça, no entanto, em qualquer sentimento igualitário. A noção de unidade e coesão social vem associada ao poder dos chefes que a representam, numa homologia com a autoridade patriarcal na família. Daí uma tão grande insistência no respeito devido a quem detém posições de prestígio social ou político.

Por outro lado, a desconfiança, em alguns casos, rejeição em relação aos sindicatos, às greves, às campanhas eleitorais, à existência de partidos até, numa palavra, às lutas sociais, radica uma vez mais nos valores da unidade e do equilíbrio, receando-se que tudo isso contribua para «dividir o povo».

Esta posição face à luta política e sindical, apesar de generalizada, admite todavia alguma flexibilidade por parte daqueles que têm ou tiveram uma experiência de trabalho assalariado, mas excluindo, em parte por razões da especificidade do mercado de trabalho⁶, a generalidade dos emigrantes.

As posições contra as práticas ditas «violentas» de manifestação política ou sindical não deverão entretanto ser entendidas

A gente tem temor a Deus e aquela pessoa que não tem temor a Deus pratica qualquer má acção, como não tem medo de nada, se quer roubar, rouba, se quer matar, mata, porque não tem medo. A religião consiste nisto: cativa as pessoas do mal.

71 anos, 2.º ano, emigrante regressado e agricultor proprietário.

Se não houvesse aquele medo eram mais selvagens, havia mais mortos, mais acidentes, mas as pessoas pensam em Deus e desviam-se um bocadinho do mal.

63 anos, 4.ª classe, reformado guarda fiscal e agricultor proprietário.

A religião para mim é tratar bem as pessoas, todas qualquer que seja o melhor que posso... é que se uma pessoa não tem religião nenhuma não sabe como nasceu nem como vai acabar.

29 anos, 4.ª classe, desempregado e trabalhador agrícola familiar.

Não vou à missa, mas a religião cá a tenho... é uma coisa que sempre me disseram os meus pais: quando eu nasci já cá estava e quando morrer ainda cá há-de ficar.

26 anos, 4.ª classe, operário construção civil.

A religião é como a política, lá fazem a propaganda deles... embora eu seja católico mas não vou à missa. Um padre a dizer missa é um emprego como outro qualquer.

28 anos, 4.ª classe, comerciante e pequeno industrial.

Um individuo tem de ter uma religião, tem de acreditar em qualquer coisa, mas andar todos os dias a caminho da igreja, isso não adianta... padres para mim, quanto menos, melhor...

29 anos, 4.ª classe, agricultor e alugador de máquinas.

como uma desvalorização absoluta do valor da liberdade. De facto, uma das razões de legitimação do 25 de Abril, ainda que não a principal, radica no fim da opressão política, achando-se esta, sobretudo, ligada, no imaginário local, à odisseia da emigração clandestina.

O excesso de liberdade no pós-25 de Abril é contudo opinião largamente enraizada. Reprova-se a opressão mas também o uso da liberdade em termos de contestação radical das instituições, órgãos e personalidades políticas.

Sinteticamente, poderíamos dizer que os valores sociais, referentes à comunidade e ao equilíbrio social, têm predominância em relação à liberdade individual e ao conjunto de valores que lhe é inerente: competição, quebra dos laços familiares e mudança brusca de estilos de vida.

O discurso religioso, de que são atentos receptores, fornece ainda a estes grupos sociais boa parte das categorias simbólicas com as quais representam a sociedade, o lugar do individuo no seu seio e ainda padrões de comportamento que têm um poderoso efeito no conjunto das suas práticas sociais.

Tem sido salientado em diversos estudos⁷ o carácter instrumental de que a religião se reveste para o campesinato, enraizando na precariedade da vida rural, muito dependente de factores ecológicos não controláveis. A religião dá não só um sentido às

Em casa, tanto me castigaram para ir à missa que aborreci aquilo, para mim era um sacrifício, preferia andar aí a cavar vinha todo o dia do que estar lá uma hora! Eu acredito que há um ser divino, mas as coisas da Igreja é tudo uma parvoíce... antes era uma coisa boa porque as pessoas eram um bocado atrasadas, mas agora, na altura em que estamos, acho que não adianta nada a religião... padres é que não! Estarem lá a falar de alto e a meter medo ao pessoal, isso não está certo!

35 anos, 4.ª classe, operador de máquinas e agricultor proprietário.

incertezas e inseguranças da existência humana, como também um apoio face às vicissitudes da vida quotidiana.

Estando presente este entendimento sobre a religião, o sentido mais forte atribuído por esta população vai ainda noutra direcção.

A religião é fundamentalmente identificada como o temor a um Ente Superior, do qual advém o prémio, mas também o castigo para os maus procedimentos. Um discurso religioso que se fundamenta na submissão e temor a um Ser Superior articula-se bem com o respeito, e não questionamento, a quem detém prestígio e poder social. A religião funciona, ao nível simbólico-ideológico, como reforço e garante de uma ordem social e política estabelecida. Embora seja esta a posição maioritária, manifestam-se, contudo, interpretações diferentes, particularmente nos grupos etários mais novos e menos ligados à terra. Em alguns sectores sociais chega a manifestar-se um distanciamento e uma posição crítica face à religião, ou mais exactamente, face às instituições que lhe são suporte.

CONCLUSÃO

A exposição que acabamos de fazer, procurando dar conta dos pontos de vista desta população rural sobre os principais processos e instituições que concorrem para definir o regime democrático, parece evidenciar com clareza a existência de um modelo dominante de cultura política onde os valores fundamentais relativos à ordem social e política relevam do sistema de relações e organização sociais característicos da sociedade camponesa.

Todavia, as transformações económicas, sociais e culturais que, de sede urbana, têm imposto uma reestruturação constante nos campos — seja pela via da emigração, da difusão de sectores de actividade não agrícolas ou dos grandes meios de comunicação de massas — ao provocarem alterações naquela ordem social têm feito emergir novas dimensões culturais, mais consentâneas com práticas políticas democrático-liberais e contribuindo para o aparecimento de grupos que, em meio rural, vão protagonizando essas mudanças. Relembremos, a propósito, as diferenciações nas posições políticas que é possível localmente imputar aos filhos dos emigrantes, aos grupos mais jovens ou aos que, não relevando de uma condição estritamente operária, provêm de sectores de actividade não agrícola.

A permeabilidade e aceitação desta comunidade aos e dos processos e valores político-democráticos que têm atravessado o todo nacional tem-se manifestado através de uma rigidez diferenciada, consoante os distintos processos em questão.

Ora, numa tentativa de balanço final, como é o que a partir de agora tentaremos esboçar, interessará sobretudo seriar as principais categorias encontradas, por forma a dar conta dos modelos políticos em jogo, dos seus condicionantes sociais e dos vectores que indiciam a sua alteração.

Esta cultura política manifesta-se em exterioridade em relação ao Estado e assenta na ordem social local, tida como natural e imutável. O modelo de autoridade releva da estrutura familiar, legitimado pela tradição, pela experiência de vida e pela propriedade.

Também vimos que a religião funciona como um cimento ao nível simbólico-ideológico, legitimador desta ordem social. Apesar de alguns desvios da religião popular em relação à sua expressão erudita, os valores fundamentais são comuns: respeito e submissão, autoridade familiar, equilíbrio e solidariedade social sem contestação radical da ordem estabelecida.

Subjaz a esta cultura política um modelo económico assente na propriedade fundiária de pequena ou média dimensão, explorada em moldes familiares.

Todavia, mesmo os segmentos sociais que mais se ajustam àquele padrão de cultura política, já incorporam outras dimensões culturais. Os valores do progresso económico e da modernização, de segurança social por via do Estado, de uma certa liberdade individual e de vivência democrático-eleitoral, já se encontram, com graus de variabilidade, difundidos entre os grupos sociais locais.

A emigração para países europeus, à semelhança de muitas outras zonas rurais portuguesas, teve um forte impacto económico e social, com algumas repercussões a nível cultural. De um modo diferente, apesar de tudo, do que uma análise puramente especulativa poderia ajuizar.

De facto, como a análise anteriormente feita evidenciou, grande parte dessa população emigrante que retomou a actividade agrícola e se fixou à terra ainda é portadora dessa matriz cultural tradicional. No entanto, a população mais nova, nomeadamente os filhos daqueles, por via do ensino, do circuito de comunicação de massas, das novas actividades e estilos de vida, vieram a distanciar-se, em alguns aspectos, da cultura tradicional local. Todo esse conflito, que se vem a manifestar em vários aspectos, ficou bem evidenciado nas entrevistas realizadas.

Os efeitos das diferenciações sócio-económicas, nomeadamente a proletarização, quer agrícola quer, muito especialmente, na indústria e serviços, também se evidenciaram nas posições políticas. É certo que estamos longe de uma cultura operária, tal como se desenvolveu nos meios urbano-industriais. De qualquer forma, essa situação objectiva de inserção social vem a correlacionar-se com a posição partidária, o distanciamento em relação à religião, a maior abertura em relação aos valores individuais e de mudança social.

A maior integração na cultura tradicional de alguns assalariados agrícolas em que as diferenciações tendem a circunscrever-se ao económico, faz que não sejam eles os intérpretes mais dinâmicos de uma alteração cultural, em particular política, nos campos. Como constatámos, são os sectores ligados às actividades dos serviços, comércio e indústria (independentemente da sua condição operária, ou não) os que protagonizam uma alteração mais forte da cultura política.

Faltará ainda realçar que nem tudo releva dos condicionalismos sociais e culturais locais. As transformações sociais e políticas a nível nacional, mediatizadas pela comunicação social de massas e pelos líderes locais, não deixaram de produzir efeitos em todos os segmentos sociais deste meio rural. Os valores de liberdade, de solidariedade social, de progresso económico, e a legitimidade democrático-processual, sendo constantemente referidos pelas forças políticas a nível nacional, vêm a conquistar a adesão destas populações, ainda que de um modo diferenciado e com algumas inflexões quanto à sua significação.

NOTAS

¹ Referimo-nos à pesquisa em curso sobre *Culturas políticas em Portugal*, inserida no CIES, em colaboração com o ARNOLD-BERGSTRASSER INSTITUT e sendo financiada pela Fundação Volkswagenwerk.

² Cf., entre outros, A. Alarcão «Comportamento político dos cidadãos em regiões de pequena propriedade» *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, 1981, pp. 329-359; J. Ferreira de Almeida, *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do nordeste*, Lisboa, ICS, 1986; J. Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos campos: elementos de teoria e pesquisa empírica*, Porto, Afrontamento, 1985.

³ As primeiras formulações do conceito de cultura política circunscreviam-no a um conjunto de crenças e atitudes políticas. Cf., entre outros, Gabriel Almond e Sidney Verba, *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*, Princeton, Princeton University Press, 1963. Lucien Pye e Sidney Verba, *Political Culture and Political Development*, Princeton e Nova Iorque, Princeton University Press. Num sentido não estritamente político, uma outra literatura trata de representações sociais e de estruturas simbólico-ideológicas, às quais nos referimos também nesta definição. Cf., Moscovici, S., «The Phenomenon of Social-Representations», in: R. M. Farr & S. Moscovici (EDS), *Social Representations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, pp. 3-69 e P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genebra, Dróz, 1977.

⁴ Esta freguesia foi objecto de um estudo anterior que visava compreender os efeitos da emigração na transformação do espaço rural. As suas principais conclusões estão publicadas em artigo de Manuela Reis e J. Gil Nave, «Camponeses emigrados e emigrantes regressados — práticas de emigração e estratégias de regresso numa aldeia da Beira Interior» *Sociologia — Problemas e Práticas*, N.º 1, Relógio de Água, 1986.

⁵ Os totais nacionais para a abstenção em 1975, 76, 79 e 80 são respectivamente de 8,3%, 16,7%, 12,5% e 14,6%.

⁶ Cf. Manuela Reis e J. Gil Nave, *op. cit.*, 1986.

⁷ Para o caso português, Cf. J. Madureira Pinto, *op. cit.*, 1985; J. Ferreira de Almeida, *op. cit.*, 1986; P. Sanchis, *Arraial: Festa de um Povo. As Romarias Portuguesas*, Lisboa, Dom Quixote, 1983; M. Espírito Santo, *A Religião Popular Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, (s/d); J. Pina Cabral, «O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho», *Estudos Contemporâneos*, n.º 1/2, 1981, pp. 75-110.

ANEXOS

QUADRO I

ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 1975, 1976, 1979, 1980, 1983, 1985, 1987

ANO	INSCRIT. (V.A.)	ABST. (%)	NULOS E BRANCOS (%)	CDS (%)	PPD/PSD (%)	AD (%)	PS (%)	APU (%)	A* (%)	B* (%)	PRD (%)
CONCELHO DE PENAMACOR	1975	7337	12,3	13,2	23,5	—	40	2,4	7,8	0,6	—
	1976	7616	18,8	36,5	16,3	—	29,1	2,2	4,4	1,7	—
	1979	7593	14,5	—	—	49,4	33,9	4,3	5,3	1,0	—
	1980	7698	18,7	4,9	—	51	34,6**	3,9	4,6	0,4	—
	1983	7901	30,7	5,0	16,9	28	42,9	3,4	3,1	1,3	—
	1985	7911	30,7	5,0	10,3	26,1	28,7	3,8	3	1,3	21,1
	1987	8012	33,7	5,6	5,5	49,4	27,2	2,7	3,9	1,9	3,7
	1987	436	33,5	3,8	4,5	36,9	—	45,2	2,4***	1,3	2,8
FREGUESIA DE MEIMÃO	1975	414	10,1	34,1	21,2	—	16,4	0,5	6,9	1,6	—
	1976	412	23,3	56,6	11,7	—	13	0,3	7,2	0,3	—
	1979	405	22	—	—	61,4	28,5	1,6	5,1	1,0	—
	1980	409	26,6	3,6	—	67,3	17,3**	4,0	7,1	0,3	—
	1983	422	38,3	6,9	12,3	49,2	25,4	1,9	3,1	1,2	—
	1985	433	40,0	3,4	15,7	21,5	31,1	1,5	3,2	0,3	22,6
	1987	436	33,5	3,8	4,5	36,9	—	45,2	2,4***	1,3	2,8
	1987	436	33,5	3,8	4,5	36,9	—	45,2	2,4***	1,3	2,8

Fonte: MAI, Eleições para Assembleia da República, 1975, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda. *Idem* 1976; *Idem* 1979; *idem* 1980; 1983; *Idem*; 1985.

A* Outros partidos de esquerda (AOC + FEC + FSP + LCI + MDP + MES + MRPP + PCP-ML + UDP + PRT + PUP

B* Outros partidos de direita (PDC + PPM + MIRN)

** Percentagem obtida pela FRS (PS + UEDS)

*** Percentagem obtida pela CDU.

QUADRO II

ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Em 1976, 1980, 1985

1976	Insc. (V.A.)	Abst. (%)	Nulos e Branco (%)	Ramalho Eanes (%)	Pinheiro Azevedo (%)	Octávio Pato	Otelo (%)
PENAMACOR	7582	25,5	2,2	90	5,5	1,2	3,4
MEIMÃO	412	30,3	3,5	93,1	2,9	0,4	3,6

1980	Insc. (V.A.)	Abst. (%)	Nulos e Branco (%)	Soares Carnei- ro (%)	Rama- lho Eanes (%)	Otelo (%)	Pires Velo (%)	Galvão Melo (%)	Aires Rodri- gues (%)
PENAMACOR	7731	24	2,6	42,2	53,4	0,9	2,2	0,7	0,7
MEIMÃO	415	28,6	0,7	47,5	48,8	1	1,7	0,7	0,3

1985	Insc. (V.A.)	Abst. (%)	Nulos e Branco (%)	Salg. Zenha (%)	Freitas Amaral (%)	Mário Soares	Lurdes Pintas. (%)	
PENAMACOR	7905	37,7	2,2	7,8	55,4	33,1	3,6	1.º Sufrágio
MEIMÃO	434	34,1	1,6	3,9	53,7	40,6	1,8	
PENAMACOR	7906	27,4	1,6	—	54,3	45,7	—	2.º Sufrágio
MEIMÃO	434	26,7	1,3	—	43,6	56,4	—	

Fonte: MAI, Eleições para a Presidência da República, 1976, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda — *Idem* 1980; *Idem* 1985

QUADRO III

ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MEIMÃO EM 1976, 1979, 1982, 1985

ANO	INSCRITOS (V.A.)	ABST. (%)	BRANCOS E NULOS (%)	CDS (%)	PPD/PSD (%)	AD (%)	PS (%)	APU (%)
1976	RESULTADOS ELEITORAIS	409	51,5	5,6	52,0	—	42,4	—
	N.º DE MANDATOS	—	—	—	4	—	3	—
1979	RESULTADOS ELEITORAIS	405	31,6	1,0	—	72,2	27,4	—
	N.º DE MANDATOS	—	—	—	—	7	2	—
1982	RESULTADOS ELEITORAIS	422	28,2	4,0	—	59,1	37,0	—
	N.º DE MANDATOS	—	—	—	—	6	3	—
1985	RESULTADOS ELEITORAIS	434	29,7	3,9	13,4	18,4	64,3	—
	N.º DE MANDATOS	—	—	—	1	—	5	—

Fonte: Ministério da Administração Interna, Eleições para os órgãos das autarquias locais, 1976, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda. *Idem*, 1979; *Idem*, 1982; *Idem* 1985.